

# Segurando o leme

**A**lgumas nuvens se dissiparam no cenário ainda muito cintzento da economia. O dólar caiu abaixo de R\$ 2,00, afastando, pelo menos no momento, uma outra visão de paridade (2 x 1 ou um par de reais por dólar) quase tão complicada como a abandonada (1 x 1 ou próxima desta). Virá mais dinheiro do FMI para reforçar o caixa do Banco Central e colocar mais fichas ao lado do sr. Armínio Fraga na mesa em que atua no embaralhado jogo do câmbio flutuante. A CPMF está voltando, para felicidade das contas fiscais, os índices de preços revelam alguma perda de fôlego, vem aí a Semana Santa, que coloca outros planos na cabeça dos operadores de mercado e dos jornalistas que fazem as manchetes, enfim, estamos no meio da tempestade, mas ao menos se afastou a perspectiva de um afundamento imediato e se ampliaram as esperanças de que vamos sair desta. Ou, lembrando o que aconteceu nos últimos dias, o cenário econômico escapou de um blecaute mais sério.

Para afastar o risco dele e as coisas seclarearem mais, há um enorme chão pela frente, coberto de muitos ses. Se o ajuste fiscal for conseguido, se a inflação não voltar muito alta, se a indexação não retornar, se os juros não subirem demais, se as linhas de crédito externo forem retomadas, se os governadores forem contidos na renovação das dívidas estaduais, se o FMI liberar o restante do empréstimo, se a renovação no BC e a troca de posições nos ministérios da área econômica der maior eficácia ao trabalho da equipe, se o Pla-



**Estamos no meio da tempestade, mas se ampliaram as esperanças de sairmos dela**

naldo administrar melhor as divergências interministeriais e imprimir ao governo maior agilidade executiva, etc. e tal... A prioridade, portanto, é a área econômica. Segundo anunciou este jornal ontem, o presidente quer dedicar-se mais a ela. Antes tarde do que menos.

No meio do noticiário surgiram duas outras preocupações. FHC quer uma reforma política; já ACM, o líder do Congresso, quer urgência para a reforma tributária. Ambas são importantes. Como economista, há muito tempo percebi que os maiores problemas do País não são essencialmente econômicos, no sentido usual de seriação e escassez de recursos, como os naturais, a capacidade empresarial, a mão-de-obra e a tecnologia. Temos graves problemas na educação dessa mão-de-obra e não estamos na ponta da tecnologia, mas isso não impedia, como não impediu no passado, uma retomada do crescimento econômico, o que facilitaria até mesmo a correção das nossas fragilidades nessas áreas. Nossos problemas são mais de natureza político-institucional, em particular nas questões do tamanho, do papel e da gerência do setor público, que com suas distorções contaminou o dinamismo do setor privado. Essa contaminação se dá via juros altos, geração de um clima de incertezas na economia – o que afeta seriamente a disposição de consumir, por parte das famílias, e de investir na produção, por parte dos empresários – e uma carga tributária muito elevada e cheia de suas próprias distorções, como os impostos em cascata, o seu grande número e o

fato de que alguns pagam e muitos sonegam. Por essas e outras razões, há o clamor por uma reforma tributária.

Realisticamente, o presidente não está em condições de arrancar do Congresso uma reforma política de profundidade. Como cidadão, o que me interessa mesmo são os critérios de representação dos eleitores no Congresso. Conforme este jornal ressaltou ontem em editorial, com seu número mínimo de oito deputados, o voto de um eleitor de Roraima, cuja população é 146 vezes menor que a de São Paulo, vale 15 vezes o de um paulista. Se isso não for corrigido, mesmo que venha o voto distrital, teremos deputados eleitos por distritos e outros por distritinhos. Ora, não há hoje a mínima possibilidade de o Congresso modificar essa representação. Já o voto distrital também é difícil, por causa de fortes bancadas que se beneficiam do voto proporcional, como a dos ruralistas e dos representantes de grupos religiosos, com muitos votos espalhados pelos Estados, mas sem a mesma densidade em distritos isolados. Ou seja, vamos ter, no máximo, uma meia reforma ou um quarto dela, resolvendo, se isso ocorrer, temas como os da fidelidade partidária, os partidos muito pequenos e outros aspectos. Não deixam de ser importantes, mas não se pode, com o risco de frustrações, alimentar grandes esperanças quanto ao alcance da reforma.

Só uma comoção nacional levaria a mudanças mais fortes.

Quanto à reforma tributária, se não há uma comoção, pelo menos há um clamor muito grande. Com seu aguçado instinto político, o senador ACM percebeu isso e quer colocar o assunto como prioridade no Congresso. O Executivo, por sua vez, continua devendo à sociedade uma reforma. Recorde-se que, no início do seu primeiro mandato, mandou ao Con-

gresso um projeto. Por falta de empenho do Executivo, morreu nas gavetas. Em meados do ano passado, foram reveladas as linhas gerais de um outro, mas, com a crise, a equipe econômica e a área política foram cuidar de outros afazeres.

Nesse caso, o Executivo está deixando que a bandeira fique em outras mãos, aliás, muito ágeis, para fazer andar projetos no Congresso. É fundamental, portanto, retomar a iniciativa, até porque não é qualquer reforma que convém ao Executivo, em particular ao projeto de ajuste fiscal, que pode mesmo ficar comprometido pelo lado da arrecadação e da repartição com Estados e municípios. Para os contribuintes e cidadãos em geral, o risco continua o mesmo: por trás da reforma pode vir até um número menor de impostos – que parece ser a síntese popular das idéias reformistas –, mas levando a uma arrecadação maior, mais gastos, enfim, mais da mesma história das últimas décadas.

Assim, no conjunto das duas reformas e levando em conta o que o barco enfrenta no momento, será preciso dosar bem os marujos e os escaleres que cuidarão de cada caso, para não deixar desamparado o próprio capitão. Idealmente, as duas frentes precisariam ser atacadas, mas, vendo onde está ACM, o ânimo do Congresso, da sociedade e os riscos para a economia, a reforma tributária vai exigir mais atenção, até mesmo porque, se começar a andar no Congresso, não haverá alternativa. Quanto ao capitão, o melhor mesmo é que fique no leme e cuide da tempestade econômica, até porque, se naufragar, não haverá nem o quarto de reforma política nem nada de uma reforma tributária digna do nome.